



# PROGRAMA DE ENSINO DE QUALIDADE EM PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU (PEQPGB)

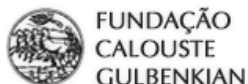
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANO 1

SUMÁRIO EXECUTIVO

[SETEMBRO 2012 – AGOSTO 2013]

OUTUBRO 2013

Financiadores e Parceiros



*“É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolar, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É assim a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade”.*

***Amílcar Cabral***

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

Massive poverty and obscene inequality are such terrible scourges of our times – times in which the world boasts breathtaking advances in science, technology, industry, and wealth accumulation – that they have to rank alongside slavery and apartheid as social evils.<sup>1</sup>

(Nelson Mandela 2005)

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, o PNUD faz uma leitura evolutiva animadora, tendo como marco temporal de partida o ano 2000, ano relevante em matéria de Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Nenhum dos países com dados neste ano registou um valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao de 2000. Porém é igualmente referido que o progresso humano tem sido desigual entre países e no interior de cada um deles. Listado em 176º lugar num total de 186 países, a Guiné-Bissau evidencia desigualdades significativas em diversos setores sociais, em matéria de acesso e oportunidades consignados na *Carta dos Direitos Humanos*.

A frágil estabilidade política em que se encontra o país evidencia e amplia riscos - alguns não previstos aquando da candidatura -, que exigem respostas atempadas e criativas, de modo a que a população guineense possa sentir o relevo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento na dimensão micro da sua comunidade e escola. Retomando as diretrizes políticas para a educação da Guiné-Bissau, o **Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau | PEQPGB** (2012-2016) chega a todas as regiões do país, concentrando, no entanto, nas regiões de Bafatá, Cacheu, Gabú, Biombo e no Setor Autónomo de Bissau equipas multitécnicas que funcionam em itinerância nas restantes regiões do país.

A abordagem é intersectorial e reagrupa modelos de estabelecimentos de ensino muito distintos (escolas públicas, comunitárias, privadas, autogestão) de educação de infância, de ensino básico (1.º e 2.º Ciclos), ao 3º ciclo e ensino secundário.

Algumas áreas são transversais e estão presentes em todas as dimensões do Programa e pretendem o desenvolvimento humano integral. Neste sentido, a **Língua Portuguesa**, como língua oficial da Guiné-Bissau e língua de acesso ao conhecimento, assume um papel como língua de comunicação e numa perspectiva linguística e didática (como introduzir a língua numa país multilinguístico e com poucos recursos de exposição e de uso? como ensinar e aprender em português?).

---

<sup>1</sup> A pobreza massiva e a desigualdade obscena são flagelos terríveis do nosso tempo – tempos em que o mundo apresenta avanços extraordinários na ciência, tecnologia, indústria e na acumulação de riqueza – que têm de ser listados juntamente a escravidão e o apartheid como males sociais

Ainda que o ensino básico seja assumido como totalmente gratuito,<sup>2</sup> os atrasos salariais conduziram a constituição de modelos de gestão e organização comunitária em diversas regiões, todas reconhecidas pelo Ministério da Educação guineense (caso das escolas comunitárias, de autogestão e públicas com iniciativas das associações manjacas), que evidenciam o desejo das populações em terem acesso à escola. Numa lógica de sustentabilidade, a **Gestão e Administração Escolar** surge para que as “pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas”, de outro modo “as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão desejáveis nem sustentáveis”.<sup>3</sup> A **Educação para a Cidadania** permite uma abordagem integrada para a promoção de mudanças sociais efetivas (área da saúde básica, consumo alimentar e nutrição, questões ambientais), tendo por base os *currícula* dos diversos níveis do sistema educativo. Ainda no quadro da abordagem da educação para a cidadania, a FEC assume estrategicamente, em termos de seleção de recursos humanos, e metodologicamente, em termos educativos uma abordagem de **género**.

Desde 2000 que a Guiné-Bissau tem evidenciado o progresso humano através da aceitação da diferença. Outrora invisíveis, surgem gradualmente quer em casas de acolhimento para crianças institucionalizadas, quer em jardins-de-infância e escolas básicas, crianças com **Necessidades Educativas Especiais**. Esta área é assumida integralmente pela FEC, já que acreditamos “na dignidade intrínseca de cada pessoa humana independentemente do género, origem étnica, credo religioso, político ou estrato social” e “acreditamos igualmente que cada pessoa deve ter as necessidades básicas asseguradas e que a partilha dos bens e recursos comuns podem ser uma realidade”, garantindo o direito mais elementar de se ser reconhecido como cidadão pleno.

Para a execução deste Programa tão abrangente, participam ativamente um conjunto de financiadores e parceiros: o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o UNICEF, a Comissão Europeia, a Plan Guiné-Bissau, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Cáritas Guiné-Bissau, a Câmara Municipal de Cascais e a Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino através da sua vasta rede nas regiões. A criação destas sinergias reflete a eficácia imputada a toda a ação deste Programa. A experiência diversificada destas entidades constitui uma mais-valia, na medida em que a partilha de documentos, dados, modelos de ação vão enriquecendo o Programa. Por outro lado, harmonizar perspetivas diferentes em termos metodológicos acarreta para a FEC uma exigência suplementar de modo a garantir a unidade e harmonia de todas as vertentes do Programa.

Para este Programa de Educação, a FEC definiu em conjunto com parceiros e financiadores uma intervenção faseada e evolutiva ao longo dos quatro anos. Este primeiro ano (2012-2013) incidiu em três grandes áreas: 1ª) a integração das equipas nas 4 regiões centrais, provendo gradualmente as condições logísticas de alojamento e trabalho; 2ª) a realização de todo o processo de diagnóstico por níveis de ensino e caracterização de agentes e estabelecimentos educativos (levantamento das escolas-alvo, às avaliações diagnósticas de

<sup>2</sup> Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, nº 13, 2010

<sup>3</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD 2013:6)

professores, formadores, e diretores de escolas); 3ª) selecção e formação de agentes educativos em serviço e continuação no apoio a formação inicial de educadores de infância em Bissau.

Reforçando o objetivo da Guiné-Bissau de “alcançar o ensino básico universal”, a FEC centrou os recrutamentos, as primeiras formações no ensino básico e de forma ainda embrionária na educação de infância. O processo de formação na FEC tem como metodologia o reforço de recursos humanos locais e um funcionamento em cascata: de técnicos especialistas da FEC para formadores de professores (ou formadores de educadores de infância) para professores do nível de ensino e destes para as crianças. Para a implementação desta metodologia com sucesso, a figura do formador do “respetivo agente educativo” é fundamental.

Para o **ensino básico**, a FEC lançou concursos para a selecção dos formadores de professores em serviço, tendo sido seleccionados 41 para as regiões de Bafatá, Cacheu e Gabú, os quais são igualmente sujeitos a formação de formadores (78 horas – Bafatá; 78 horas – Canchungo; 54 horas – Gabú), acompanhamentos dos 25 formadores de Bafatá e Cacheu para a transferência de competências destes para professores (136 sessões acompanhadas). Para este processo de formação, a FEC atualizou o “Manual de Formação Pedagógica de Formadores” que é usado como ferramenta de trabalho com os formadores. Em relação aos professores do ensino básico, definiram-se dois níveis: Nível 1 – professores com lacunas pedagógicas e científicas significativas; Nível 2 – professores com mais qualificações e competências nas áreas de leccionação. Após um processo inicial de provas, identificaram-se, neste primeiro ano, 85 professores de Nível 1 e 70 do Nível 2 (Bafatá e Cacheu). Cada grupo de professores esteve envolvido em formação em Pedagogia (270 horas), Língua Portuguesa (180 horas), Matemática (180 horas) e Ciências Integradas (180 horas); e em observações de aula (28 professores, cada um cerca de 2 observações). Para o apoio a formação e autoestudo, a FEC concebeu suportes teóricos modulares distribuídos e trabalhados em formação.

Para a **educação de infância**, a intervenção tem sido feita a nível da formação inicial no Curso de Educadores de Infância, que envolveu em 2012-2013, 119 alunas. A consultadoria da FEC incidiu este ano, com apreciação académica da Escola Superior de Educação de Infância Maria Ulrich, no processo de remodelação do curso para transição de Bacharelato para Licenciatura. Na formação em serviço, a FEC identificou e formou (120 horas) para as regiões de Bafatá, Oio e Gabú, 18 facilitadoras de educação de infância, em zonas em que a educação se encontra ainda num estado embrionário.

Na área da **Gestão e Administração Escolar**, a FEC envolveu 45 diretores e subdiretores 26 escolas de base comunitária das regiões de Bafatá (9) e de Cacheu (17) e 61 da rede das escolas da Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino (61) num processo de formação (com cerca de 70 horas) e acompanhamentos nos locais em que estão inseridos os estabelecimentos (167 formandos acompanhados). Para além desta formação, foi concebido um Programa de Gestão Participativa para reforçar as competências de elementos ligados aos Comités de Gestão de Escola, Associações de Pais e Encarregados de Educação e outros membros de apoio à direcção das escolas.

Este ano de 2012-2013 reflete as potencialidades e, simultaneamente, os constrangimentos da Guiné-Bissau. O interesse em relação à educação é assumido pelas comunidades, concretizado pelas taxas de assiduidade (média em 86% e 91,3% nos professores; 94,3% nos formadores de professores; GAE de 88,9%) e aproveitamento (média em 57% e 66,7% nos professores; 74,7% nos formadores de professores; GAE de 59,5% e 68,5%) de todos os formandos em formação inicial ou em serviço.

No reverso da medalha, as dificuldades em recrutar formadores guineenses qualificados, o que terá impacto nas opções metodológicas previamente concebidas. Por outro lado, os recrutamentos efetuados em Portugal evidenciaram as “imagens” menos positivas da realidade social, política e cultural da Guiné-Bissau, que constituiu um constrangimento nos recrutamentos, conduzindo a necessidade de se abrir novos concursos. A outro nível, o processo negocial deste Programa de Educação condicionou os resultados deste primeiro ano, nomeadamente com o atraso no desembolso de verbas que terá condicionado a instalação menos morosa da equipa e sua respetiva instalação.

Os atrasos no início do ano letivo (ver início oficial de 2012 e início efetivo do ano letivo), bem como as sucessivas paralisações, criaram um clima pouco auspicioso para o levantamento de dados e selecção de escolas e formandos para o processo de formação.

Apesar destes constrangimentos e dificuldades, a FEC em conjunto com todas as entidades envolvidas na execução deste Programa de Educação tem evidenciado abertura para adequar atividades, visitar cronogramas e resultados, de modo a poder concretizar o objetivo geral que orienta toda a atividade: «melhorar a qualidade e a equidade da educação na Guiné-Bissau».

Consciente que a meta é exigente humanamente, a FEC assume publicamente que o processo na luta contra a pobreza e as desigualdades pode a curto prazo não oferecer resultados exuberantes. Temos a noção clara que o aumento da participação e presença de meninas na escola e de mulheres em espaços de decisão é um resultado que não se alcança no imediato de um ano, mas na continuidade de intervenções integradas e sustentadas. E com esta transparência e convicção, apresentamos os resultados alcançados, os riscos superados e as opções assumidas.